

"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO № 026/2022

PROCESSO № 0879/2022

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: SISTEMA ABERTO

Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 alterada pelas Leis Complementares nº 147 de 07 de agosto de 2014 e nº 155, de 27 de outubro de 2016, Decretos Municipais nº 5.205 de 24 de novembro de 2004, alterado pelo Decreto nº 5247 de 29 de março de 2005, e Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 7.762, de 06 de agosto de 2020, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO COM CESTO ELEVADO ISOLADO, de acordo com as especificações constantes neste Edital e no Termo de Referência (anexo I).

DIA/HORÁRIOS:

<u>RECEBIMENTO DE PROPOSTAS</u>: do dia 04/05/2022 às 15:00h até o dia 18/05/2022 às 14:59h.

<u>ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS:</u> Das 15:00h do dia 18/05/2022 às 15:29h do dia 18/05/2022.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: – Às 15:30h do dia 18/05/2022.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF.

<u>FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL www.bll.org.br</u> <u>ou</u> <u>http://www.jau.sp.gov.br/licitacoes</u>

DEMAIS INFORMAÇÕES: Departamento de Licitação, Rua Paissandu nº 444, Centro, Jahu/SP, CEP 17.201-900, fone (14) 3602-1804 / (14) 3602-1718, ou através do e-mail: licitacao@jau.sp.gov.br

LOCAL: - www.bll.org.br





"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PROCESSO Nº 0879/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2022

1. - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

- 1.1 A Prefeitura do Município de Jahu/SP, através da Secretaria de Economia e Finanças e este Pregoeiro(a), designado pela Portaria nº 42, de 03 de janeiro de 2022, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local já indicados anteriormente, realizar–se–á licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**.
- 1.2 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança criptografia e autenticação em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Secretaria de Economia e Finanças, denominado Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Bolsa de Licitações e Leilões BLL", constante da página eletrônica, no endereço www.bllcompras.org.br

2. - DO OBJETO:

- 2.1 AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO COM CESTO ELEVADO ISOLADO, de acordo com as especificações constantes neste Edital e no Termo de Referência (anexo I).
- 2.2 Fica estabelecida a forma indireta, sob o regime de empreitada de preço por item.

3. – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 3.1 Os recursos necessários para fazer frente às despesas do referido Contrato, onerarão a seguinte dotação para o ano de 2022:
- 02.27.01–15.122.0010-2002/4490.5252 aplicação 110.0000 Ficha 390 Fonte 1 3.2 O cronograma de desembolso máximo estimado para 2022 é de R\$ 667.933,33 (seiscentos e sessenta e sete mil, novecentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

4. – DA IMPUGNAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

- 4.1 A impugnação e formalização de consultas deverão ser realizadas por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema www.bllcompras.org.br.
- 4.2 Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- 4.2.1 Decai do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração, o interessado que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder a data fixada para recebimento das propostas.
- 4.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 4.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 4.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para



"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereco indicado no Edital.

- 4.5.1 Decai do direito de solicitar esclarecimentos dos termos do edital de licitação perante a Administração, o licitante que não o fizer antes do terceiro dia útil que anteceder a data fixada para recebimento das propostas.
- 4.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 4.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 4.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 4.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- 4.9 No caso da impugnação ou do recurso serem julgados infundados, protelatórios ou não condizentes com a boa-fé, será instaurado procedimento administrativo para apurar eventual infringência aos art. 4º da Lei n. 8.666/93, com ulteriores providências cabíveis, caso estejam demonstradas as ocorrências referidas, mediante contraditório e ampla defesa, sem prejuízo da reparação integral do dano (art. 5º da Lei n. 13.105/15, o Código de Processo Civil, e art. 2º, parágrafo único, inciso IV, e 4º, da Lei n. 9.784/99, o Processo Administrativo Federal, e art. 187 e 927 do Código Civil).
- 4.9.1 Na hipótese de estarem presentes os indícios de prática do crime do art. 337-J Código Penal, cópia dos autos serão encaminhados à autoridade policial para instauração de inquérito policial (art. 5°, § 3°, do Decreto-lei n. 3.689/41, o Código de Processo Penal).
- 4.10 Considera-se infundada, protelatória ou não condizente com a boa-fé a impugnação ou recurso que impeça ou perturbe a realização normal do procedimento licitatório, com alegações contrárias à disposição de lei e pretensão contrária ao Edital (exceto se for ilegalidade do ponto combatido), sendo o ônus da prova do impugnante, tendo em vista que os atos administrativos se presumem legais e gozam de fé pública.
- 4.11 Toda pessoa tem direito de representação perante o Tribunal de Contas, nos termos do art. 113, § 1º, da Lei n. 8.666/93. Mas, sempre que ela for julgada improcedente pelo órgão de controle, e neste caso, em virtude da interposição, causar prejuízo à Administração Pública pela paralisação de suas atribuições constitucionais, a pessoa responsável incorrerá no mesmo procedimento do item 4.9, sem prejuízo do dever de reparar o dano, como medida de combate à leviandade da conduta (art. 186 do Código Civil).

5. – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 5.1 Poderão participar desta licitação as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, que atendam aos requisitos de habilitação previstos neste Edital e que atendam a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos.
- 5.2 Não Será permitida a participação de empresas:
- 5.2.1 Estrangeiras que não funcionem no país;





"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

- 5.2.2 Reunidas sob forma de consórcio, qualquer que seja a sua constituição, uma vez que no objeto pretendido não há de ser considerado de alta complexidade ou grande vulto;
- 5.2.3 Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com esta Administração nos termos do inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 5.2.4 Impedidas de licitar e contratar nos termos do Art. 7º da Lei 10.520/02;
- 5.2.5 Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 10º da Lei nº 9.605/98;
- 5.2.6 Isoladamente ou em consórcio, sejam responsáveis pela elaboração do Projeto Básico, ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsáveis técnicos ou subcontratados;
- 5.2.7 Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.
- 5.2.8 Sejam servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- 5.3 O licitante deverá estar credenciado, preferencialmente de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.
- 5.4 O provedor do sistema eletrônico poderá cobrar pelos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação nos termos do regulamento do sistema, de acordo com o artigo 5º, inciso III, da Lei nº 10.520/2002.
- 5.5 O MUNICÍPIO DE JAHU está isento de quaisquer custos de operacionalização e uso do sistema www.bll.org.br, ficando a cargo do(a) licitante vencedor(a) do certame os encargos financeiros ou de qualquer espécie estabelecidos com a promotora do sistema, nos percentuais compatíveis com o objeto licitado neste edital de acordo com o termo contratual ajustado entre as partes (Licitante/BLL Bolsa de Licitações e Leilões) referentes à utilização dos recursos de tecnologia da informação.

6. – REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 6.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro(a), que terá, em especial, as seguintes atribuições:
- 6.1.1 Coordenar os trabalhos da equipe de apoio;
- 6.1.2 Responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- 6.1.3 Abrir as propostas de preços;
- 6.1.4 Analisar a aceitabilidade das propostas:
- 6.1.5 Desclassificar propostas indicando os motivos;
- 6.1.6 Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;
- 6.1.7 Verificar a habilitação do proponente;
- 6.1.8 Declarar o vencedor;
- 6.1.9 Receber, examinar e submeter os recursos à autoridade competente para julgamento:
- 6.1.10 Elaborar a ata da sessão;
- 6.1.11 Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.
- 6.1.12 Realizar, de forma facultativa, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer com a complementar a instrução do processo.
- 6.2 O pregoeiro poderá suspender e retomar os trabalhos, por conveniência na



"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

execução do pregão (art. 43, parágrafo 3º, Lei 8.666/93).

- 6.3 São deveres dos participantes exporem os fatos conforme a verdade, proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé, não agir de modo temerário, prestar as informações que lhe forem ordenadas, sobretudo de ordem técnica e mercadológica, e colaborar com tudo o quanto for necessário para o bom desenvolvimento dos trabalhos (art. 4º da Lei 9.784/99).
- 6.4 O ônus da prova em relação aos fatos alegados como seu direito compete ao administrado (art. 36 da Lei 9.784/99).
- 6.5 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

7. - DO CREDENCIAMENTO DO LICITANTE NO PORTAL BLL

- 7.1 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL Bolsa de Licitações e Leilões, a qual por meio de seu operador designado indicará implícito conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 7.2 O acesso do operador ao pregão, para efeito de registrar a proposta e dar lances em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- 7.3 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL Bolsa de Licitações e Leilões.
- 7.4 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL Bolsa de Licitações e Leilões a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 7.5 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 7.6 Aceitação tácita. O credenciamento implica na aceitação, pelo licitante, de todas as normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como implica a obrigatoriedade de manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, obrigando-se o licitante a declarar, sob as penas da lei, a superveniência de fato impeditivo a participação, quando for o caso.

8. - PARTICIPAÇÃO/PROPOSTAS

- 8.1 A participação no Pregão, na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente registro da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecido.
- 8.2 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.





"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

- 8.3 É vedado ao fornecedor identificar-se em sua proposta ao lançá-la no sistema ou no decorrer da sessão do pregão, sob pena de desclassificação do licitante.
- 8.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 8.5 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou através da Bolsa de Licitações e Leilões pelo e-mail contato@bll.org.br.

9. – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 9.2 O envio da proposta descrita no item 9.1, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 9.3 O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando-se também para a data e horário para início da disputa.
- 9.4 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.
- 9.5 A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.
- 9.6 Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.
- 9.7 O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.
- 9.8 O licitante deverá constar em sua proposta, a marca e modelo do produto ou a procedência de forma clara e sem abreviatura, sob pena de desclassificação do item.
- 9.9 A cotação de duas marcas, dois modelos ou duas procedências para o mesmo item ou opcional de modelos, marcas ou procedências, gerará a desclassificação do item.
- 9.10 As Empresas participantes do certamente poderão apresentar previamente no sistema da BLL seus documentos de habilitação, porém as empresas vencedoras do certame, DEVERÃO ENCAMINHAR A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, ATRAVÉS DO E-MAIL <u>pregaoeletronico@jau.sp.gov.br</u>, EM ATÉ 02 (DUAS) HORAS, APÓS ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES.
- 9.10.1 Caso a empresa já tenha apresentado previamente sua documentação de habilitação via sistema da BLL, estará dispensada do envio através do e-mail.
- 9.10.2 As empresas que NÃO APRESENTAREM previamente seus documentos de habilitação na plataforma da BLL, não serão inabilitadas, podendo enviá-los ao Pregoeiro por e-mail EM ATÉ 02 (DUAS) HORAS, APÓS ENCERRAMENTO DA



"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

ETAPA DE LANCES.

- 9.10.3 Caso a empresa opte por apresentar sua habilitação previamente no sistema da BLL, no caso de faltar algum documento da habilitação, poderá complementar com documentos adicionais, através do e-mail pregaoeletronico@jau.sp.gov.br ΕM 02 (DUAS) HORAS. **APÓS** ATÉ ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES.
- 9.11 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte vencedoras do certame, deverão encaminhar a documentação de habilitação, via sistema antecipadamente ou através do e-mail pregaoeletronico@jau.sp.gov.br, em até 02 (duas) horas, após encerramento da etapa de lances, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006, conforme condições apresentadas no item 9.10.
- 9.12 Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 10.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 10.1.1 Valor unitário;
- 10.1.2 Indicação da marca ou fabricante do item cotado, e modelo, quando houver, para que seja possível identificar se a descrição apresentada pela proposta é compatível com a exigida no edital.
- 10.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 10.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 10.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 10.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 10.6 A proposta deverá ser apresentada exclusivamente na expressão monetária vigente no País (art. 5°, Lei 8.666/93).
- 10.7 Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.
- 10.8 Os itens cotados devem estar em conformidade com as normas técnicas a eles incidentes.

11. – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 11.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 11.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos





"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

- 11.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 11.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 11.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 11.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 11.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 11.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.
- 11.6 A APLICAÇÃO DO VALOR DE REDUÇÃO <u>MÍNIMA</u> ENTRE OS LANCES SERÁ LIVRE.
- 11.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 11.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 11.9 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será livre.
- 11.10 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 11.11 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 11.12 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 11.13 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 11.14 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 11.15 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 11.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 11.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 11.18 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 11.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por



"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

- 11.20 O Critério de julgamento adotado será o menor preço.
- 11.21 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 11.22 Quanto a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicarse o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 11.23 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 11.24 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 11.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 11.26 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 11.27 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 11.28 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 11.28.1 no país;
- 11.28.2 por empresas brasileiras;
- 11.28.3 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 11.28.4 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 11.29 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.





"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

- 11.30- Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 11.31- A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 11.32 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 11.33 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 12.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.
- 12.1.1– A aquisição dos produtos será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas.
- 12.2 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 12.3 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 12.4 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 12.5 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 12.5.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, manuais, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 12.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 12.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 12.8 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

Prefeitura Municipal de Jahu

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU

"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

- 12.8.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 12.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 12.9 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

13. – DA HABILITAÇÃO

- 13.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.
- 13.1.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 13.1.2 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 13.1.3 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 13.2 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via email, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 13.3 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 13.4 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 13.5. Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** pertinentes ao ramo do objeto do **PREGÃO** são os seguintes (art. 27 da Lei 8.666/93):

13.5.1 – Para Habilitação Jurídica:

- 13.5.1.1 **Registro empresarial na Junta Comercial**, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária).
- 13.5.1.2 **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária.
- 13.5.1.3 **Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores**, tratando—se de sociedade empresária.
- 13.5.1.4 Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando—se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.





Secretaria de Economia e Finanças

13.5.1.5 – **Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira** no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.5.2 – Para Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 13.5.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
- 13.5.2.2 Prova de **inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal**, relativo à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
- 13.5.2.3 Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União.
- 13.5.2.4 Certidão de **regularidade de débito com a Fazenda Estadu**al, da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação.
- 13.5.2.5 Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de **Tributos Mobiliários**, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças, da sede da empresa.
- 13.5.2.6 Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço **(FGTS).**
- 13.5.2.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas **CNDT** ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.
- 13.5.2.8 Declaração com os dados do representante legal para assinatura do contrato/ata para cadastro na plataforma eletrônica, conforme modelo Anexo III.

13.5.3 – Para Qualificação Econômico-Financeira:

- 13.5.3.1 Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias contados retroativamente da data designada para a realização desta Concorrência. Em qualquer hipótese, mesmo que o licitante seja a filial, este documento deverá estar em nome da matriz.
- 13.5.3.2 Nas hipóteses em que a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

13.5.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 13.5.4.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, com o objeto da licitação, através da apresentação de atestado(s) ou certidão(ões), em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, consoante o art.30, II, §4º da Lei Federal n.8.666/93 e nos termos da Súmula 24 do TCESP.
- 13.5.4.2 Declaração da empresa que sendo vencedora do certame apresentará em até 05 (cinco) dias úteis os seguintes documentos:
- 13.5.4.2.1 Atestado de Assistência Técnica Pós Venda fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- 13.5.4.2.2 Garantir assistência técnica, durante todo o período de garantia, pelo fabricante, sem ônus à Prefeitura, reposição de peças defeituosas ou com vícios de

Prefeitura Municipal de Jahu

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU

"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

fabricação e custos de quilometragem de deslocamento e horas trabalhadas de técnico especializado do próprio fabricante.

13.5.5 – Outras Comprovações:

- 13.5.5.1 Os proponentes deverão apresentar declaração em papel timbrado, e/ou com carimbo da empresa, firmada pelo responsável legal, com indicação do nome, cargo e N° do documento de identidade, atestando, sob as penalidades cabíveis, a aceitação dos termos nela presentes, conforme, conforme **Modelo-Anexo II(itens a-g)**.
- 13.6 A licitante melhor classificada e habilitada deverá encaminhar ao Departamento de Licitações, através endereço eletrônico <u>licitacao@jau.sp.gov.br</u> ou pela plataforma BLL, aos cuidados do(a) Sr(a). Pregoeiro(a) em até 2 (duas) horas, contado a partir da sua solicitação, catálogo técnico, manual técnico, prospecto, folder, folheto e outros documentos que possam permitir a adequada análise das especificações técnicas do Equipamento para análise final do produto.
- 13.7 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 42, LC 123/06).
- 13.8 Caso haja alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar da divulgação do resultado da fase de habilitação do Pregão (art. 4º, §2º, I, do Decreto Federal 8.538/2015), prorrogáveis por igual período, a critério desta Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 13.9 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do artigo 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520/02.
- 13.10 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 13.11 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 13.12 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

14 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1 – A proposta final do licitante declarado vencedor (anexo VI) juntamente com os catálogos técnicos, manuais técnicos, prospectos, folders, folhetos e outros documentos que possam permitir a adequada análise das especificações técnicas do objeto pelo fiscal/gestor do contrato, deverá ser encaminhada no prazo de até 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:





"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

- 14.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 14.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 14.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 14.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 14.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 14.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 14.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 14.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 14.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

15 - DOS RECURSOS

- 15.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido, exclusivamente via plataforma BLL, o prazo de 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 15.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 15.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 15.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 15.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 15.4 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 15.5 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

Prefeitura Municipal de Jahu

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU

"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

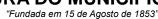
16. – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 16.1 Em caso de recurso, caberá Autoridade Competente a adjudicação do objeto ao licitante declarado vencedor.
- 16.2 Nos demais casos, o Pregoeiro(a) fará a adjudicação do lote ao licitante vencedor.
- 16.3 A homologação é ato de competência da autoridade que determinou a abertura do procedimento.

17. - DA CONTRATAÇÃO:

- 17.1 As contratações decorrentes desta licitação serão formalizadas mediante a assinatura do INSTRUMENTO CONTRATUAL, cuja respectiva minuta constitui o Anexo IV do presente ato convocatório.
- 17.2 Se, por ocasião da formalização do Contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Receita Federal Previdenciária e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) Fazenda Nacional e o Ministério do Trabalho, estiverem com os prazos de validade vencidos, a administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 17.3 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o item 17.2, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a aquisição não se realizar.
- 17.4 Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas, dos documentos enviados para habilitação, se solicitados, deverão ser relacionados e apresentados na Secretaria de Economia e Finanças Departamento de Licitações e Compras, desta Prefeitura, localizada na Rua Paissandu, nº 444, Centro, Jahu-SP, CEP nº 17.201-900, das 08h às 17h, em até 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.
- 17.4.1 Os documentos poderão ser apresentados em cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração, ou por publicação em órgão da imprensa oficial.
- 17.4.2 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 17.5 A adjudicatária deverá, no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, comparecer ao Departamento de Licitações e Compras, à Rua Paissandu nº 444 Jahu/SP, para assinar o referido contrato.
- 17.6 Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o item 17.2, ou se recusar a







Secretaria de Economia e Finanças

assinar o Contrato, serão convocadas as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para que fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

17.7 – A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por igual período e até o prazo máximo estipulado por lei, devido a problemas técnicos e operacionais que poderão surgir na finalização de alguma pendencia relacionada aos termos e prazos de garantia do objeto.

17.8 – O **Gestor do Contrato** será o Sr. MÁRCIO DE ALMEIDA, SECRETÁRIO DE MOBILIDADE URBANA, portador do CPF nº 191.530.368-08, e-mail ssm.ceprom@jau.sp.gov.br, telefone (14) 3602-2775.

17.9 – Os **Fiscais do Contrato** serão os servidores: Joel Antonio Tadeu Teodoro, CPF 171.806.108-01, Operador de Máquinas, e-mail ssm.ceprom@jau.sp.gov.br.com, Telefone: (14) 3602-2777 e Robson Roberto Volpato, Gerente, e-mail ssm.ceprom@jau.sp.gov.br.com, Telefone: (14) 3602-2777.

18 - DA GARANTIA CONTRATUAL:

18.1 – Não será exigida a prestação de garantia para a transação comercial resultante desta licitação.

19. – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

19.1 – As hipóteses desta Cláusula serão definidas no Contrato, conforme disposto no artigo 40, § 2°, III da Lei 8.666/93.

20. – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

20.1 – As hipóteses desta Cláusula serão definidas no Contrato, conforme disposto no artigo 40, § 2°, III da Lei 8.666/93.

21. - DO RECEBIMENTO DO PRODUTO:

21.1 – As hipóteses desta Cláusula serão definidas no Contrato, conforme disposto no artigo 40, § 2°, III da Lei 8.666/93.

22. - DO PAGAMENTO:

22.1 – As hipóteses desta Cláusula serão definidas no Contrato, conforme disposto no artigo 40, § 2°, III da Lei 8.666/93.

23 - DO REAJUSTE, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÃO.

23.1 – As hipóteses desta Cláusula serão definidas no Contrato, conforme disposto no artigo 40, § 2°, III da Lei 8.666/93.

24. – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 24.1 Sem prejuízo das sanções previstas nas Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93, a licitante responsabilizada ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:
- 24.1.1 Impedida de licitar e contratar: Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município de Jahu, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.



"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

- 24.1.2 Multas: A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no contrato, garantido o exercício de prévia e ampla defesa;
- 24.1.3 Autonomia: As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra:
- 24.1.4 Descontos: O CONTRATANTE poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de obrigações estabelecidas neste Edital, seus anexos ou no contrato.

25. – RESCISÃO DO CONTRATO

- 25.1 O contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 25.2 O CONTRATADO reconhece deste já os direitos do MUNICÍPIO DE JAHU nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da lei Federal nº 8666/1993.

26. - DISPOSIÇÕES FINAIS:

- 26.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 26.2 O resultado do presente certame e demais atos pertinentes e passíveis de divulgação, serão publicados nos mesmos veículos utilizados originalmente.
- 26.3 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro(a).
- 26.4- Integram o presente Edital os Anexos de I a VII.

26. - DO FORO

26.1 - Elegem as partes, com renúncia dos demais, por mais privilegiados que sejam, o foro da Comarca de Jahu–SP, como o competente para dirimir as questões controversas advindas do cumprimento da presente licitação.

Jahu, 03 de maio de 2022.

FELEIPE SLIKTA PADILHA SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

MÁRCIO DE ALMEIDA SECRETÁRIO DE MOBILIDADE URBANA





"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

ANEXO I TERMO DE REFERENCIA SIMPLIFICADO

Especificações Mínimas

1. UNIDADE SOLICITANTE

Solicita-se a Secretaria municipal de Economia e Finanças deste município, abertura de processo licitatório, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, conforme especificações que seguem neste Termo de Referência.

2. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada no fornecimento de 01 (um) caminhão com cesto aéreo isolado, conforme descrições mínimas descritas no item 3. deste Termo de Referência.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

CAMINHÃO COM CESTO AÉREO ISOLADO - veículo 0 (zero) km, do tipo utilitário, sem emplacamento anterior, ano/modelo 2022 ou superior, equipado com cesto aéreo isolado. O veículo deverá conter cabine para 03 (três) ocupantes - cabine avançada ou semiavançada, com 03 cintos de segurança, em aço, na cor branco, motor diesel de no mínimo 04 cilindros de no mínimo 156cv. Com 05 marchas a frente e 01 a ré, tração traseira 4x2, sistema de freios com controle de estabilidade + ABS, trio elétrico (vidro + trava + espelho retrovisor), direção hidráulica, ar condicionado, ar quente, distância entre eixos compatível com o equipamento descrito, Leds de sinalização, sinal sonoro de marcha ré, REGULARMENTE EQUIPADO COM CESTO AEREO ISOLADO - articulado de fabricação nacional, construído em fibra de vidro de qualidade superior, com altura de operação na vertical de no mínimo 17 metros, capacidade de carga no cesto mínimo de 220 kg, para o mínimo de 02 (dois) operadores no cesto, com 02 (duas) sapatas estabilizadoras e 04 cilindros hidráulicos. Sapatas com acionamento individual. Classe de isolação mínima de 1.000 volts (atendendo a norma NR-12), sistema de giro infinito, estrutura do braço e lança construído com material de alta resistência mecânica. Isolação, lança construída em fibra de vidro, testada para o trabalho em linha viva de até 46kv. Todos os componentes no interior e ao redor da lança devem possuir as mesmas características (não condutivas) e com teste elétrico realizado. Acionamento através de tomada de força, sistema de segurança - Braços articulados hidraulicamente, dotado de cesto auto nivelado (Tomada de força com bomba de engrenagens de alta pressão acoplada do câmbio do veículo). Sistema de giro de 360° e comandos que permitem o seu controle a partir do cesto ou da base pelo operador com prioridade a este último. Cesto equipado no sistema holding. Sistema emergência no cesto qualidade superior. Carroceria metálica, construída em chapa de qualidade, antiderrapante, com armários para acomodação de ferramentas e materiais diversos. Todos os armários com as fechaduras com chave de proteção e vedação entre a tampa e o módulo, feito por borrachas de alta durabilidade. Porta cone + 05 (cinco) cones de borracha, na cor laranja e branco refletivo, com 75 cm de altura, porta escada, Suporte para tubos, Engate rápido para ferramentas hidráulicas no cesto; Capas de proteção do cesto; Sinalizador direcional; Farol de manejo para trabalho noturno, giroflex, para-choque homologado, faixas refletivas, Calço de



"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

rodas; Controle de segurança para operações indevidas no cesto; Sistema de operação com prioridade para a torre; Cilindros hidráulicos com de válvulas tipo Holding; Sistema de nivelamento do cesto automático; Cilindros estabilizadores com válvulas de dupla retenção; Sistema de segurança que impede o recolhimento dos estabilizadores sem o recolhimento das lanças; Inclinômetro (nível bolha).

O veículo deverá ser entregue licenciado, emplacado em nome da Prefeitura Municipal de Jahu/SP, com toda documentação necessária em de acordo com a legislação atual. Tanto para o caminhão quanto para o equipamento, as normas CTB, Denatran e Inmetro vigentes devem ser atendidas.

O caminhão com cesto aereo isolado deverá possuir assistência técnica em oficina especializada em até 100km do município de Jaú, visando a limitar os custos de manutenção decorrentes do deslocamento do veículo a longas distâncias. No caso de a distância ser superior a 100km, a Prefeitura levará o equipamento em local até 100km da cidade de Jaú, e a empresa contratada ficará encarregada do transporte a partir desse local, e a devolução do equipamento no mesmo local.

A empresa ganhadora deverá entregar o caminhão em carreta destinada a transporte de carga indivisível e deverá ser efetuado em veículos adequados, que apresentem estruturas, estado de conservação e potência motora compatíveis com a força de tração a ser desenvolvida, bem como, que ofereça as melhores condições para acomodação da carga, apoio e sua fixação, garantindo a segurança na operação do transporte.

Observação: Caracterização da pintura, será no padrão da Secretaria da Mobilidade Urbana do município. Layout da pintura será fornecido posteriormente ao licitante vencedor para que o veículo seja entregue pintado e adesivado pela contratada conforme solicitado por este município. O fornecedor deverá ministrar cursos de operação e manutenção básica até a data da entrega técnica do caminhão. O caminhão deverá vir com os manuais (de Operação, de Garantia e Manutenção e Catálogo de Peças) em Português.

<u>FICA CONDICIONADO A APRESENTAÇÃO DE CATÁLOGO COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS OBJETOS PRETENDIDOS.</u>

4. JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

A Secretaria de Mobilidade Urbana deste município, pretende tal aquisição visando dar condições para a manutenção da iluminação pública, apoio a poda de árvores (desde que essas não interfiram na rede elétrica) nos logradouros públicos e outros serviços necessários a municipalidade. O setor elétrico tem enfrentado muitas dificuldades em dar a devida manutenção na iluminação pública do município. A aquisição é de suma importância, pois irá garantir uma melhor prestação de serviço público, com a eficiência que a população merece. Nosso objetivo é estruturar a Secretaria de Mobilidade Urbana, para que possamos desenvolver as atividades de uma forma nunca antes realizada, prezando sempre, pelo bem estar e o melhor a coletividade. Ainda, esta Secretaria tem a como objetivo, prezar também pelo bem estar, saúde e segurança dos servidores municipais, e por tal motivo a presente aquisição se torna necessária em especial nos momentos de realização de poda de árvores e outras atividades semelhantes, a qual se requer prestação de serviços de manutenção preventiva ou corretiva em lugares altos ou de difícil acesso.





"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

5. DA ESTIMATIVA DE PREÇO

O valor da contratação será estimado por pesquisa de preços de referência, as quais são realizadas através de contratações similares de por outros órgãos, pesquisas através de banco de preços públicos e pesquisa de mercado com empresas do ramo.

A contratante pagará, em parcela única, à Contratada o preço do produto, mediante ordem de fornecimento/compra, garantindo que somente o item comprado seja pago, sem que haja prejuízo nem ao erário e nem para o fornecedor.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Referência correrão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

02.27.01–15.122.0010-2002/4490.5252 – aplicação 110.0000 – Ficha 390 – Fonte 1

7. DA ESCOLHA DA MODALIDADE LICITATÓRIA

O presente Termo de Referência tem por objeto a abertura de Processo Licitatório modalidade PREGÃO ELETRÔNICO - do tipo MENOR PREÇO POR ITEM – com ampla participação.

8. DOS REQUISITOS MINIMOS DE PARTICIPAÇÃO

O veículo cotado deverá ser: de alta qualidade, com excelente acabamento, sem falhas ou quaisquer outras avarias; de excelente resistência; NÃO TER SIDO RECUPERADO DE ACIDENTES OU SINISTRO, PARTE HIGRAULICA E ELETRICA EM PERFEITO FUNCIONAMENTO, DOCUMENTO SEM MULTAS OU QUAISQUER OUTRAS DESPESAS.

9. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

Deverá vir acompanhado juntamente com as propostas de valores, termo de garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem.

10.DA ACEITABILIDADE DO OBJETO

Só serão aceitos os bens que estiverem de acordo com as especificações exigidas neste Termo de Referência, estando a aceitação dos mesmos, condicionada as devidas fiscalizações dos agentes competentes. Não serão aceitos veículos cujos preços unitários excedam o valor médio encontrado no mercado, nem produtos cujas condições não sejam satisfatórias a eficiência, interesse e economia do município.

A entrega do veículo objeto da presente licitação acontecerá, com recebimento do tipo provisório, no ato da entrega para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações descritas neste ANEXO, e após poderão ter seu recebimento definitivo contados do recebimento provisório.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e nas propostas, devendo ser substituídos no prazo não superior à 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei.

O recebimento provisório ou definitivo do bem, não exclui a responsabilidade da



"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, e as garantias que lhes são conferidas.

11. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO (Forma, Prazo e Local de Entrega)

O objeto deverá ser fornecido em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento, no Centro de Produção Municipal - CEPROM, localizado a RODOVIA COMANDANTE JOÃO RIBEIRO DE BARROS, KM 180 JAHU –SP. O não fornecimento no prazo estipulado, ensejará nas sanções previstas em legislação vigente.

O transporte do veículo, devera ser em carreta pra transporte de carga indivisível deverá ser efetuado em veículos adequados, que apresentem estruturas, estado de conservação e potência motora compatíveis com a força de tração a ser desenvolvida, bem como, que ofereça as melhores condições para acomodação da carga, apoio e sua fixação, garantindo a segurança na operação do transporte.

12.<u>DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL)</u>

Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo de licitação;

Rejeitar no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as obrigações pela contratada;

Îndicar o representante da administração para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato ou instrumento equivalente, bem como para atestar o recebimento dos produtos:

Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

Entregar o objeto contratado com elevada qualidade no prazo e local estipulados; sendo a única e exclusiva responsável por danos e prejuízos que causar a pessoa de terceiros em decorrência da entrega do objeto, correndo por suas expensas, sem quaisquer ônus para a Administração Municipal;

Cumprir a legislação federal, estadual e municipal pertinente, e se responsabilizar pelos danos e encargos de qualquer espécie decorrentes de ações ou omissões, culposas ou dolosas, que praticar;

Pagar e recolher todos os impostos e demais encargos fiscais, bem como todos os encargos trabalhistas previdenciários, sociais e comerciais, prêmios de seguros e de acidentes de trabalho, inclusive fretes relativos à entrega, que forem devidos em decorrência do objeto desta licitação:

Apresentar até 15 (quinze) dias úteis após a adjudicação do objeto: O Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo e Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores, dentro do prazo de validade, em nome do licitante.

14.DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado em parcela única, em até 10 (dez) dias após a entrega do veículo e a apresentação da Nota Fiscal de fornecimento juntamente com os





"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

documentos condizentes a Transferência do Veículo em nome do município, devidamente assinada pelo responsável firmando o recebimento e conferencia do objeto pretendido.

Deverá constar no documento fiscal o número da licitação, o número do processo administrativo, bem como nome do Banco, número da Conta Corrente e Agência bancária, uma vez que este município não aceita como forma de cobrança, Boleto Bancário.

Qualquer erro ou omissão, ocorridos na documentação fiscal enquanto não solucionado pelo CONTRATADO ensejará a suspensão do pagamento.

Na contagem do prazo de pagamento serão considerados dias corridos. Caso ocorra irregularidade na Nota Fiscal, será imediatamente solicitada à Contratada, carta de correção quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a este Município, no prazo de 03 (três) dias úteis.

Em caso de irregularidades na emissão de documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação.

15.DO REAJUSTE

Os preços praticados permanecerão fixos e irreajustáveis.

16. DA GARANTIA E ASSISTENCIA TÉCNICA

A Vencedora deverá garantir, e assumir responsabilidades, de que os veículos/equipamentos fornecidos são novos, sem uso, de modelos mais recentes e atuais mínimos exigidos e que encontram-se com as incorporações recentes e melhorias em projetos e materiais.

Todas as peças compostas no objeto em questão, que já sofreram alterações, trocas, e outras situações que possam ter ocorrido, deverão ser de qualidade igual (original ou genuína de qualidade), ou superior às peças originais.

17.DA VIGENCIA DO CONTRATO

A execução do contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, até o prazo máximo estipulado por lei devido a problemas técnicos e operacionais que poderão surgir na finalização de alguma pendencia relacionada aos termos e prazos de garantia destinados ao objeto deste certame.

18. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Fica instituído como gestor deste contrato o Senhor: Nome: Márcio de Almeida - CPF: 191.530.368-08

Cargo: Secretário de Mobilidade Urbana

E-mail: ssm.ceprom@jau.sp.gov.br

Telefone: (14) 3602-2775.

Fica instituído como Fiscais:

Nome: JOEL ANTONIO TADEU TEODORO

Cargo: Operador de Maquina II e-mail: ssm.ceprom@jau.sp.gov.br

Fone: (14) 3602-2777

Nome: ROBSON ROBERTO VOLPATO

Cargo: Gerente



"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

E-mail: ssm.ceprom@jau.sp.gov.br

Telefone: (14) 3602-2777.

19.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O não cumprimento do disposto no Capítulo DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, NO TERMO DE REFERÊNCIA, NO EDITAL, e na legislação atual vigente nos casos omissos, implicará na retenção dos valores devidos ao FORNECEDOR, no que couber.

A inobservância de qualquer cláusula ou condição aqui avençadas sujeitará o Fornecedor à aplicação das penalidades vigentes, previstas em lei.

20.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O Município de Jahu se reserva ao direito de inspecionar o respectivo material quando da entrega, podendo recusá-las ou solicitar sua substituição, e ainda, se reserva ao direito de revogar, anular, adquirir no todo ou em parte, rejeitar todas as propostas, desde que justificadamente haja inconveniência administrativa para sua aquisição e por razões de interesse público.

A contratada deverá, obrigatoriamente, fornecer um número de Telefone/E-mail para receber as comunicações oficiais, onde deverão constar na parte externa dos envelopes da documentação e das propostas, obrigando-se em manter, ao menos, um dos meios de comunicação operantes, e de rápido retorno e atendimento.

Jahu, 06 de dezembro de 2022.

MÁRCIO DE ALMEIDA SECRETÁRIO DE MOBILIDADE URBANA





"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

ANEXO II MODELO DE DECLARAÇÕES

PROCESSO № 0879/2022 PREGÃO ELETRÔNICO № 026/2022 OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO COM CESTO ELEVADO ISOLADO.

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (<u>endereço completo</u>), inscrita no CNPJ sob n° (<u>nº do CNPJ</u>), neste ato representada pelo seu (<u>representante/sócio/procurador</u>), no uso de suas atribuições legais, vem <u>DECLARAR</u>, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei:

- a) **Que inexiste qualquer fato superveniente impeditivo de habilitação** na forma do § 2º do Artigo 32 da Lei Nº 8.666/93;
- b) Que nos termos do **inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666**, de 21 de junho de 1993 e alterações, a empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, e que não possui, em seu quadro de pessoal, nem utilizará na prestação dos serviços relativos ao objeto desta Licitação, empregado(s) com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos **termos do inciso XXXIII do art. 7°, da Constituição Federal de 1988**;
- c) **Que se sujeita às condições do presente Edital**, bem como às Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02 que regem a presente licitação;
- d) **Que observa as normas relativas à saúde e segurança no Trabalho**, para os fins estabelecidos pelo parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo.
- e) Para o caso de empresas em recuperação judicial: que está ciente de que no momento da assinatura do Instrumento Contratual deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador-judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- f) Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: que está ciente de que no momento da assinatura do Instrumento Contratual deverá apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas.
- g) Para microempresas ou empresas de pequeno porte: que a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações, cujos termos conheço na íntegra; e que preenche os requisitos de habilitação previstos no item próprio do respectivo edital, exceto no que diz respeito aos requisitos de regularidade fiscal e trabalhista, os quais poderão ser comprovados no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério único dessa Administração, para a regularização da documentação,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU "Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

pagamento ou parcelamento do débito, e apresentação de eventuais certidões negativas, ou positivas com efeito de negativas.

Por ser verd	dade assin	a o presente.	
(Cidade)	_ de	de	
		Razão Social da Empresa	_
		Nome do responsável/procurador Cargo do responsável/procurador	
		Nº do documento de identidade	





"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

ANEXO III DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DO CONTRATO

PROCESSO Nº 0879/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2022 OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO COM CESTO ELEVADO ISOLADO.

Caso a empresa venha sagrar-se vencedora do certame, seguem os dados do representante legal para assinatura do Contrato:

Nome completo:	
Cargo:	
CPF:	RG:
Data de Nascimento:///	
Endereço residencial completo:	
E-mail institucional:	
E-mail pessoal:	
Telefone(s):	

OBSERVAÇÃO: Caso este representante não for sócio/proprietário da empresa, deverá ser anexado a esta declaração a procuração onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir o mandatário.

Local e data.

Nome, cargo e assinatura Nº do RG e do CPF



"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

ANEXO IV

MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO COM CESTO ELEVADO ISOLADO.

O MUNICÍPIO DE JAHU, pessoa jurídica de direito público, com endereço na Rua Paissandu nº 444, nesta cidade de Jahu/SP, CEP 17.201-900, inscrito no CNPJ/MF sob nº 46.195.079/0001-54, doravante denominado "MUNICÍPIO", neste ato representada pelo SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS, Sr. FELIPE SLIKTA PADILHA, inscrito no CPF sob nº 386.219.958-40, e pelo SECRETÁRIO DE MOBILIDADE URBANA, Sr. MÁRCIO DE ALMEIDA inscrito no CPF sob nº 191.530.368-08, e por força da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014, Decretos Municipais nº 5.205 de 24 de novembro de 2004 alterado pelo Decreto nº 5247 de 29 de março de 2005 e Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 7.762, de 06 de agosto de 2020, em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2022, Processo nº 0879-PG/2022, homologado em xx de xxxxxxxx de 2022, resolve CONTRATAR, a empresa xxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua xxxxx, nº xxxxx, Bairro: xxxxx, Cidade: xxxxx, CEP nº xxxxxx, inscrita no CNPJ sob nº xxxxxxx, I.E. no xxxxxx, neste ato representada por seu procurador, o Senhor xxxxxxx, portador do RG nº xxxxxxx e do CPF nº xxxxxx, residente e domiciliado na cidade de xxxxx, na Rua xxxxx, n° xxxxx, Bairro: xxxxx, Cidade: xxxxx, CEP nº XXXXXX.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO COM CESTO ELEVADO ISOLADO, de acordo com as especificações constantes no Edital e no Termo de Referência (anexo I):

ITEM	Quant.	Especificações	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Conforme item 3 do Termo de Referência (Anexo I)	xxxxxxx	R\$ xxxxxx	R\$ xxxxxxxxxx

- **1.2 –** A CONTRATADA deverá entregar o objeto em conformidade com os padrões e normas aplicadas à espécie, responsabilizando—se integralmente pela qualidade do mesmo.
- **1.3** O MUNICÍPIO DE JAHU se reserva no direito de recusar objeto que não esteja dentro das normas e dos padrões exigidos e aplicados ao mesmo, respondendo a CONTRATADA, integralmente, pelo custo de suas substituições, tantas vezes quantas necessárias forem e apontarem a fiscalização do MUNICÍPIO.
- 1.4 A CONTRATADA se responsabiliza, também, por todos os custos, diretos e





"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

indiretos, incidentes e apurados na hipótese da incidência do previsto no parágrafo anterior deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E CONDIÇÃO DE ENTREGA

- 2.1 A CONTRATADA deverá ENTREGAR O OBJETO SOLICITADO, NO PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento (AF).
- **2.1.1** A entrega do produto, objeto deste Contrato, deverá ser realizada no Centro de Produção Municipal -CEPROM, localizado a RODOVIA COMANDANTE JOÃO RIBEIRO DE BARROS, KM 180 JAHU –SP.
- 2.1.2 O transporte do objeto, deverá ser em transporte de carga indivisível, em veículos adequados para tal finalidade, que apresentem estruturas, estado de conservação e potência motora compatíveis com a locomoção a ser realizada, bem como, que ofereça as melhores condições para acomodação da carga, apoio e sua fixação, garantindo a segurança na operação do transporte, a qual fica a cargo da empresa vencedora deste certame.
- **2.1.3** A entrega, o transporte e descarga do objeto, deverá ser feita por conta e risco da empresa CONTRATADA, bem como despesas com frete e montagem.
- **2.2** Feita a entrega pela empresa vencedora, o recebimento do mesmo será efetuado pelo responsável para verificação dos exames necessários à aceitação/aprovação do objeto de modo a comprovar que atenda as especificações técnicas estabelecidas no Edital atribuídas pelo licitante.
- 2.3 A CONTRATADA deverá emitir nota fiscal (devendo observar o dispositivo na CAT 162 (Nota Fiscal Eletrônica) da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo) conforme condições presentes na Clausula Sétima deste termo.
- **2.4** Na hipótese de ocorrer fornecimento em desacordo com os requisitos estabelecidos, a CONTRATADA se obriga a reparar a falha e, se houver necessidade, substituir o objeto no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sem quaisquer ônus para o MUNICÍPIO.
- **2.5** O recebimento definitivo não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade, na forma da Lei, pela qualidade do objeto entregue.
- 2.6 Serão obedecidos os seguintes critérios para o recebimento do objeto:
- **2.6.1 -** O objeto será recebido provisoriamente, no ato da entrega, para efeito posterior verificação da sua conformidade com as especificações constantes na proposta da empresa e especificações técnicas.
- **2.6.2 -** Só será recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificações técnicas, superando a fase de fiscalização, conforme item anterior.
- **2.6.3** O objeto retido na fiscalização será rejeitado e devolvido, correndo às expensas da CONTRATADA o custo das providências quanto à sua retirada e substituição em prazo fixado pelo MUNICÍPIO, sendo que, no bem substituído, será realizada a mesma fiscalização prevista no inciso 2.6.1.
- **2.6.4 -** O uso pelo MUNICÍPIO do objeto antes de ocorrido o prazo para recebimento definitivo, por razões de seu exclusivo interesse e necessidade, não importará na assertiva de que o MUNICÍPIO efetuou o recebimento definitivo e nem exonerará a CONTRATADA das obrigações de reparar danos eventuais ocorridos pelo uso do referido objeto.
- **2.6.5 -** A recusa do objeto no processo de fiscalização, interrompe o prazo de pagamento, voltando a correr, em sua totalidade, a partir da data em que o mesmo for substituído ou tiver sido aprovado, ocorrendo tal interrupção tantas vezes quantas

Prefeitura Municipal de Jahu

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU

"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

forem recusado o objeto no recebimento provisório e houver a necessidade de sua substituição.

- **2.6.6** O recebimento definitivo não implica na falta de responsabilização da CONTRATADA pelos prejuízos que o objeto fornecido venha causar ao MUNICÍPIO.
- **2.7** O MUNICÍPIO se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar para perfeita execução do Contrato dela decorrente, arcando a CONTRATADA com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora do MUNICÍPIO.
- **2.8** O recebimento pelo MUNICÍPIO, provisório ou definitivo do objeto, não exclui ou isenta a CONTRATADA da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.

CLÁUSULA TERCEIRA - SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLÊNCIA

- **3.1 -** A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município de Jahu, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.
- **3.2** A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas nos artigos 86 a 88 da lei Federal nº 8.666/1993, garantindo, sempre, o exercício de prévia e ampla defesa, e observadas as seguntes condições:
- **3.2.1** O não cumprimento das obrigações contratuais implicará na retenção dos valores devidos à CONTRATADA, sem prejuízo de outras sanções previstas no Edital e neste CONTRATO, conforme abaixo:
- **3.2.1.1** advertência por escrito.
- 3.2.1.2 multa de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.
- **3.2.1.3** pelo atraso injustificado na prestação de serviços objeto desta licitação:
- **3.2.1.3.1** Até 30 (trinta) dias, multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do Contrato, por dia de atraso.
- **3.2.1.3.2** Superior a 30 (trinta) dias, multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.
- **3.2.2** Rescisão do CONTRATO, com multa de 10% (dez por cento) do valor do CONTRATO, qualquer que seja a causa e a época da rescisão.
- 3.2.3 Suspensão temporária de participação em licitação por até 05 (cinco) anos.
- **3.2.4 -** Impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, pela prática de quaisquer dos atos previstos no artigo 7º da Lei Federal n. º 10.520, de 17 de julho de 2002.
- **3.3 -** A aplicação das sanções previstas neste instrumento obedecerão ao disposto na Circular SEF nº 01, de 29 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO

4.1 - O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado em razão de problemas técnicos e operacionais que poderão surgir na finalização de alguma pendencia relacionada aos termos e prazos de garantia destinados ao objeto deste certame.





"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

CLÁUSULA QUINTA - DA LICITAÇÃO

- **5.1** Para a contratação do fornecimento objeto deste instrumento, foi realizada licitação na modalidade de Pregão Eletrônico sob o nº 026/2022, cujos atos encontram-se no Processo nº 0879/2022.
- **5.2 –** Fica vinculado ao presente contrato, nos termos do art. 55, inciso XI da Lei nº 8.666/93:
- 5.2.1 Edital de licitação do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2022;
- **5.2.2** Termo de Referência (Anexo I) e demais anexos do edital de licitação do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2022;
- 5.2.3 A proposta apresentada do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2022;

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

- **6.1** O MUNICÍPIO, por meio dos órgãos interessados, efetuará a fiscalização do fornecimento a qualquer instante, solicitando à CONTRATADA, sempre que entender conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos solicitados, bem como comunicar ao MUNICÍPIO quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom cumprimento do presente termo.
- **6.1.1** A ação ou omissão total ou parcial dos órgãos encarregados da fiscalização não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade de executar o fornecimento, de acordo com as condições estabelecidas no presente Termo.
- **6.2** O **Gestor do Contrato** será o Sr. MARCIO DE ALMEIDA, SECRETÁRIO DE MOBILIDADE URBANA, portador do CPF nº 191.530.368-08, e-mail ssm.ceprom@jau.sp.gov.br, telefone (14) 3602-2775.
- **6.3** Os **Fiscais do Contrato** serão os servidores: Joel Antonio Tadeu Teodoro, CPF 171.806.108-01, Operador de Máquinas, e-mail ssm.ceprom@jau.sp.gov.br.com, Telefone: (14) 3602-2777 e Robson Roberto Volpato, Gerente, e-mail ssm.ceprom@jau.sp.gov.br.com, Telefone: (14) 3602-2777.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- **7.1** O pagamento ocorrerá em até 10 (dez) dias após o recebimento, inspeção e atestado do objeto licitado, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente assinada pelo responsável pelos recebimentos, devendo a licitante vencedora observar o que dispõe a CAT 162/2008, da Secretaria da Fazenda, a respeito da Nota Fiscal Eletrônica, sob pena de não recebimento. Deverá conter as descrições do objeto de acordo com o Anexo I do presente Edital, número da licitação, bem como a modalidade, o número do Empenho ou da Autorização de Fornecimento. O pagamento será efetuado através de depósito em conta bancária indicada pelo fornecedor, observado o disposto no art. 5º e no inciso II do § 4º do art. 40 da Lei nº 8.666/93, se couber. Os dados bancários devem obrigatoriamente estar presentes na nota fiscal.
- **7.2** Na contagem do prazo de pagamento, serão considerados dias corridos.
- **7.3** Caso ocorra qualquer irregularidade na Nota Fiscal, será imediatamente solicitada a CONTRATADA, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a este Município, no prazo de 03 (três) dias úteis.
- **7.4** Em caso de irregularidades na emissão de documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação.



"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

- **7.5** Os recursos necessários para fazer frente às despesas do referido Contrato, onerarão a seguinte dotação para o ano de 2022:
- 02.27.01–15.122.0010-2002/4490.5252 aplicação 110.0000 Ficha 390 Fonte 1
- **7.5.1** O cronograma de desembolso máximo estimado para 2022 é de R\$ 667.933,33 (seiscentos e sessenta e sete mil, novecentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).
- **7.6** O MUNICÍPIO DE JAHU não aceita Boletos Bancários como forma de cobrança de aquisições prestadas a esta Administração Municipal.
- **7.7** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios:

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6/100) 365 I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

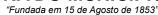
CLÁUSULA OITAVA – DA ATUALIZAÇÃO E CONTROLE DOS PREÇOS

8.1 – O preço ofertado permanecerá fixo e irreajustável durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **9.1** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- **9.2** Responder por danos e prejuízos que causar a pessoa de terceiros em decorrencia da entrega do objeto, correndo por suas expensas, sem quaisquer onus para a Administração Municipal.
- 9.3 Cumprir a legislação federal, estadual e municipal pertinente.
- **9.4** Responsabilizar-se pelos danos e encargos de qualquer espécie decorrentes de ações ou omissões, dolosa ou culposa, que praticar.
- **9.5** Pagar e recolher todos os impostos e demais encargos fiscais, bem como todos os encargos trabalhistas previdênciarios, sociais e comerciais, prêmios de seguros e de acidentes de trabalho, inclusive fretes relativos a entrega, que forem devidos em decorrência do objeto desta licitação.
- **9.6** Entregar o objeto licenciado e emplacado em nome da Prefeitura Municipal de Jahu, com toda documentação necessária e de acordo com a legislação atual.
- **9.7** Reparar ou substituir o objeto, às suas expensas, na hipótese de ocorrer fornecimento em desacordo com os requisitos estabelecidos.
- **9.8** Manter, na direção do fornecimento representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.
- **9.9** Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, os produtos que não atendam as especificações contidas no Termo de Referência.









- **9.10** Declaração de garantia mínima de 12 (doze) meses do objeto constante deste certame.
- **9.11** Manter, durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- **9.12 -** GARANTIR A QUALIDADE DO OBJETO POR NO MÍNIMO 12 MESES, A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO PELO MUNICÍPIO, RESSALVADOS OS CASOS EM QUE PRAZO MAIOR SEJA ESTABELECIDA POR LEI, PELO PRÓPRIO CONTRATADO OU POR INDICAÇÃO NAS CONDIÇÕES ESPECÍFICA DO OBJETO.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- **10.1** Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir sua obrigações dentro das normas e condições deste processo de licitação.
- **10.2** Rejeitar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as obrigações pela contratada.
- **10.3** Indicar o representante da administração para acompanhar e fiscalização a execução do contrato.
- **10.4** Atestar o recebimento do objeto.
- **10.5** Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.
- **10.6** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- **11.1** O Contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/93.
- **11.2** A Contratada reconhece deste já os direitos do MUNICÍPIO DE JAHU nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da lei Federal nº 8666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CONDIÇÕES GERAIS:

- **12.1** Correrão por conta e risco da CONTRATADA todas as despesas e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, de acordo com artigo nº 71 da Lei 8.666/93.
- **12.2** O presente Contrato reger-se-á nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02 e Decretos Municipais nº 5205/04 e nº 5247/05, sendo recebido e aceito pela CONTRATADA todos os direitos inerentes ao Município para a rescisão administrativa prevista no artigo 78, do estatuto federal (Lei 8.666/93).
- **12.3** O MUNICÍPIO se reserva ao direito de inspecionar o objeto, podendo recusálo ou solicitar sua substituição.
- **12.4** Não poderá a CONTRATADA ceder ou transferir este contrato, no todo ou em parte, sem expressa anuência do Município.
- **12.5** O fornecimento deverá ser efetuado mediante expedição, pelo MUNICÍPIO, de "AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO", que constará todas as especificações necessárias.
- **12.6** A critério do Município a Autorização de Fornecimento e ou Nota de Empenho



"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

poderá ser enviada à CONTRATADA, via e-mail, nos dias úteis, dentro do horário de expediente.

12.7 - O MUNICÍPIO não se responsabilizará pela entrega de produto, sem a respectiva Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 – Elegem as partes, com renúncia dos demais, por mais privilegiados que sejam, o foro da Comarca de Jahu–SP, como o competente para dirimir as questões suscitadas da interpretação deste instrumento, do Edital ou da Proposta da CONTRATADA.

E por estarem as partes em comum acordo com as cláusulas aqui pactuadas, segue este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e validade, assinado na presença de 02 (duas) testemunhas, para que se produzam todos os efeitos jurídicos e legais.

Jahu,	de	 de 2022.

Pela **CONTRATANTE**:

FELIPE SLIKTA PADILHA SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

MÁRCIO DE ALMEIDA SECRETÁRIO DE MOBILIDADE URBANA

Pela **CONTRATADA**:

EMPRESA



Prefeitura Municipal de Jahu

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU

"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO MUNICÍPIO DE JAHU

Contratante: MUNICÍPIO DE JAHU.

Contratada: XXXXXXXXXXXX

Contrato n° (de origem): XXXXXXXXXXXX

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO COM CESTO ELEVADO ISOLADO.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

- 1. Estamos CIENTES de que:
- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- **b)** poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s):
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- **b)** Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Jahu,	_ de _	_de	2022



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU "Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE: Nome: JORGE IVAN CASSARO

Cargo: PREFEITO MUNICIPAL

<u>RESPONSÁVEIS PELA HO</u>	MOLOGAÇÃO	DO CERT	AME OU	RATIFICAÇÃO	DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDAD	E DE LICITACA	ÃO:		-	

CPF: 827.855.118-91
RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nome: FELIPE SLIKTA PADILHA Cargo: SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS CPF: 386.219.958-40
Assinatura: RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:
Pelo CONTRATANTE: Nome: FELIPE SLIKTA PADILHA Cargo: SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS CPF: 386.219.958-40 Assinatura:
Nome: MÁRCIO DE ALMEIDA Cargo: SECRETÁRIO DE MOBILIDADE URBANA CPF: 191.530.368-08 Assinatura:
Pela DETENTORA DO CONTRATO: Nome: Cargo:
Cargo: CPF: Assinatura:
ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE: Nome: FELIPE SLIKTA PADILHA Cargo: SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS CPF: 386.219.958-40 Assinatura:
GESTOR(ES) DO CONTRATO: Nome: FELIPE SLIKTA PADILHA Cargo: SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS CPF: 386.219.958-40 Assinatura:
Nome: MÁRCIO DE ALMEIDA Cargo: SECRETÁRIO DE MOBILIDADE URBANA CPF: 191.530.368-08 Assinatura:





"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

CONTRATO OU ATOS JURIDICOS ANÁLOGO CADASTRO DO RESPONSÁVEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAHU

CONTRATADA: XXXXXXXXXX

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO COM CESTO ELEVADO ISOLADO.

CADASTRO DO RESPONSÁVEL QUE ASSINOU CONTRATO OU ATO JURÍDICO ANÁLOGO E OU TERMO ADITIVO, MODIFICATIVO OU COMPLEMENTAR.

Nome:	FELIPE SLIKTA PADILHA
Cargo:	SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS
CPF:	386.219.958-40
Período de gestão:	Início em 05/04/2022

Nome:	MÁRCIO DE ALMEIDA
Cargo:	SECRETÁRIO DE MOBILIDADE URBANA
CPF:	191.530.368-08
Período de gestão:	Início em 01/01/2021

As informações pessoais dos responsáveis estão cadastradas no módulo eletrônico do Cadastro TCESP, conforme previsto no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração de Atualização Cadastral" ora anexada (s).



"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

ANEXO V

TERMO DE RESPONSABILIDADE DO GESTOR/FISCAL DO CONTRATO

PROCESSO Nº 0879/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2022 OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO COM CESTO ELEVADO ISOLADO.

Declaro ter amplo conhecimento dos termos e condições contratuais, expedida a cada Autorização de Fornecimento, bem como das obrigações da Administração Pública e do contratado.

Declaro ter recebido nesta oportunidade uma cópia do contrato, do edital da licitação e seus anexos, e da proposta vencedora da licitação, termo de referência e/ou projeto básico, cópia do convênio, contrato de locação, documentos pertinentes, enfim, cópia do instrumento contratual pactuado.

Declaro que as obrigações assumidas como Gestor/Fiscal do presente não conflitam com minhas responsabilidades funcionais.

Declaro ter pleno conhecimento da minha competência e atuação como Gestor/Fiscal do presente contrato, nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93, me comprometendo a representar a autoridade competente o descumprimento de qualquer cláusula contratual, para as providências necessárias.

Declaro conhecer amplamente os termos e condições pactuadas, identificando as obrigações da Administração Pública e da entidade com quem será contratada.

Declaro ter pleno conhecimento de que a não comunicação de qualquer descumprimento ou irregularidade no presente contrato, à Administração, poderá ensejar responsabilização civil, administrativa e criminal a ser apurada através de instauração de processo administrativo.

Como Gestor estou ciente:

- 1 O Gestor deverá possuir autonomia, independência Fiscalizatória e condições saudáveis para a realização da Fiscalização.
- 2 Dependendo do tipo de contrato a ser pactuado, recomenda-se que o Gestor se reúna com o representante da empresa contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, Fiscalização e acompanhamento do contrato. A figura do representante da empresa contratada também deverá ser de conhecimento do Gestor, uma vez que, ao conhecer o representante da contratada os termos afins do contrato podem ser discutidos com maior precisão e interesse para ambas as partes.
- 3 O Gestor deverá exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital de Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas, convênios, plano de trabalho, contratos celebrados, etc.
- 4 O local e as condições para que o objeto da avença seja desempenhado também deverão ser fiscalizados. Nos casos de obras e/ou serviços isso poderá representar a pontualidade ou o atraso do objeto contratado. Nas Entidades, se o



Prefeitura Municipal de Jahu

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU

"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

descrito no plano de trabalho está sendo cumprido pela entidade.

- **5** A exigência do cumprimento do contrato pelo Gestor deverá ser sempre formalizada por escrito e com protocolo, para comprovar sua atuação e também caso haja necessidade, instruir eventual processo sancionador.
- **6** Cabe ainda ao Gestor recusar o serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no contrato e seus anexos.
- 7 Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela contratada, e com protocolo, para que a Administração possa tomar as providências cabíveis no caso em tela e também afastar qualquer responsabilização funcional do Gestor em relação a Administração.
- **8** Quando houver expressa previsão contratual, a Fiscalização deverá abranger também a apresentação da contratada de documentos válidos necessários para manter a contratação, por exemplo: adimplência das obrigações fiscais e sociais trabalhistas, os recolhimentos do FGTS e INSS devidamente liquidados.

Firmo	a presente	declaração	sob as	penas da	lei.
Jahu	de	d	le 2022		

MÁRCIO DE ALMEIDA SECRETÁRIO DE MOBILIDADE URBANA GESTOR DO CONTRATO

JOEL ANTONIO TADEU TEODORO
OPERADOR DE MÁQUINAS
FISCAL DO CONTRATO

ROBSON ROBERTO VOLPATO
GERENTE
FISCAL DO CONTRATO



"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

ANEXO VI MODELO DE PROPOSTA FICHA TÉCNICA DESCRITIVA DO OBJETO

AO MUNICÍPIO DE JAHU

PROCESSO № 0879/2022 PREGÃO ELETRÔNICO № 026/2022 OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO COM CESTO ELEVADO ISOLADO.

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
ENDEREÇO:
FELEFONE:
E-MAIL:
E-MAIL:
CPF DO RESPONSÁVEL:
RG DO RESPONSÁVEL:
ESTADO CIVIL:
ENDEREÇO RESIDENCIAL:

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas., nossa Proposta relativa à Licitação em referência, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados em sua execução, os produtos a seguir discriminados:

ITEM	Quant.	Especificações	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Conforme item 3 do Termo de Referência (Anexo I)	xxxxxxx	R\$ xxxxxx	R\$ xxxxxxxxxx

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias corridos.

Declaramos, sob as penas da Lei, que o(s) produto(s) ofertado(s) atende(m) plenamente o descritivo bem como as normas técnicas pertinentes.

Declaramos que os precos ofertados correspondem ao do mercado.

Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (Edital).

Declaramos que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado, bem como tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.





"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

Declaramos que a execução será realizada em conformidade com o estabelecido no Edital e seus Anexos.

Declaramos que conhecemos todas as condições do Edital e seus Anexos e sujeitamo-nos ao seu fiel cumprimento.

Declaramos que a proposta foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo não foi informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato.

Declaramos que não tentamos influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação, e que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado à administração antes da abertura oficial da proposta, tampouco que recebi informações nesse sentido da administração.

(Cidade)	de	_de 2022.
----------	----	-----------

Assinatura do representante legal



Sim Não

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU

"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

ANEXO VII

TERMO DE RECEBIMENTO ou RECUSA DO OBJETO LICITADO

PROCESSO Nº 0879/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2022 OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO COM CESTO ELEVADO ISOLADO.

Oiiii	Nao		
()	() – O(s) objeto(s) entregue(s) confere(m) com o descritivo exigido.		
() legais	() - O(s) objeto(s) entregue(s) está(ão) em conformidade com as normas		
()	() – O(s) objeto(s) foi(ram) entregue(s) no prazo estabelecido.		
()	() – O(s) objeto(s) foi(ram) entregue(s) na(s) quantidade(s) requisitada.		
	ro que nos termos acima descritos o(s) item(s) estão em , com o requisitado.		
Obs:_			
	Jahu dede 2022.		
	Fiscal do Contrato		

